

DIREITO PROCESSUAL CIVIL C – DC431

Código:

Carga horária: 90

Créditos: 06

Ementa: Processo de execução. Noções preliminares. Execução para a entrega de coisa. Execução das obrigações de fazer e de não fazer. Execução por quantia certa. Embargos do devedor. Processo cautelar. Tutela de aparência. Tutela cautelar e medidas cautelares. Procedimento cautelar.

1. PROCESSO DE EXECUÇÃO - NOÇÃO PRELIMINAR

1.1. Objeto do Livro II do Código de Processo Civil. Execução ação executiva e processo de execução. Ação executiva. Distinção entre ação executiva e ação mandamental. O direito fundamental de ação e a desmistificação do processo de conhecimento.

1.2. Técnica executiva e tutela dos direitos

a) a sentença sujeita a execução

b) tutela dos direitos e sentença

a) c) meios executivos e tutela dos direitos

. 1.34. A execução dos títulos no Brasil. Espécies de execução.

Execução e cumprimento de sentenças

a) execução direta e indireta

b) execução mediante o constrangimento da vontade do devedor

c) execução mediante sub-rogação

d) execução por expropriação

1.4. Princípios da execução no direito nacional

1.5. Requisitos para a execução. Título executivo e extrajudicial. A unificação das vias executivas na história.

a) definição de título executivo

b) espécies de títulos

c) requisitos dos títulos executivos

d) liquidação dos títulos judiciais

1.6. Ainda os requisitos para a execução. Inadimplemento.

1.7. Responsabilidade patrimonial. Impenhorabilidade. Fraude a execução e fraude contra credores.

1.8. Legitimidade para a execução.

1.9. Competência para a execução.

2. EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE PRESTAÇÕES PARA A ENTREGA DE COISA

2.1. Cumprimento de sentença que impõe a entrega de coisa. Art. 461-A.

2.2. Execução para a entrega de coisa certa: Generalidades. Linhas fundamentais do procedimento. Casos especiais. Entrega de coisa incerta: Generalidades. Procedimento.

2.3. Retenção por benfeitorias

3. EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DAS PRESTAÇÕES OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER

3.1. Cumprimento das prestações de fazer e não fazer. Meios e indução e de sub-rogação. Tutela específica e resultado prático equivalente. Conversão da prestação em perdas e danos. Prestações fungíveis e infungíveis.

3.2. Execução das obrigações de fazer. Execução por indução e por sub-rogação. Prestações fungíveis e infungíveis.

3.3. Execução das obrigações de não fazer: Generalidades. Procedimento

3.4. Ação para emissão de declaração de vontade.

4. CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS QUE IMPÕEM O PAGAMENTO DE SOMA EM DINHEIRO

4.1. Fase inicial do incidente. Requerimento da execução e penhora de bens. Títulos judiciais que dependem de processo autônomo para a execução.

4.2. Penhora. Definição. Objetivo. Nomeação de bens à penhora pelo credor. Procedimento. Efeitos. Modificação da penhora. Depósito dos bens. Avaliação dos bens penhorados

4.3. Impugnação ao cumprimento de sentença. Conceito, forma e matérias alegáveis. Efeito suspensivo. Tramitação e decisão. Estabilidade da decisão

4.4. Expropriação. Adjudicação. Alienação particular. Hasta pública. Usufruto judicial de bens móveis e imóveis.

4.5. Remição da execução.

4.6. Processo de execução de quantia certa fundado em título executivo extrajudicial

a) fase inicial

b) penhora e avaliação dos bens

c) alienação dos bens

d) pagamento ao credor

e) Embargos do executado. Conceito e fundamentos. Pressupostos. Competência. Legitimidade. Procedimento. Decisão.

4.7. Modalidades especiais de execução por quantia certa contra devedor solvente: Execução contra a Fazenda Pública. Execução de prestação alimentícia. Execução fiscal

4.8. Execução por quantia certa contra devedor insolvente.

a) Generalidades: Pressupostos. Estrutura geral.

b) Declaração da insolvência: Pressupostos. Insolvência requerida por credor. Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio. A sentença e seus efeitos.

c) A execução universal: Generalidades. Verificação e classificação dos créditos. Pagamento dos credores. Situação dos credores retardatários.

4.9. Extinção das obrigações: Generalidades. Procedimento. A sentença e seus efeitos.

6. PROCESSO CAUTELAR - TUTELA DA APARÊNCIA

6.1. O processo cautelar como espécie de tutela sumária, preventiva e urgente da aparência (*fumus boni iuris*). A dimensão do tempo no processo civil (*periculum in mora* e o perigo de dano iminente e irreparável).

6.2. Amplitude da tutela cautelar na doutrina tradicional. A jurisdicionalidade da função cautelar. Recepção da doutrina tradicional na sistematização do CPC.

Autonomia funcional e referibilidade. Cautelas jurisdicionais e administrativas.
6.3. A expansão da tutela de verossimilhança do direito brasileiro. A defesa da jurisdição e a segurança do direito material.

7. TUTELA CAUTELAR E MEDIDAS CAUTELARES

7.1. O conceito de tutela cautelar. Autonomia da função cautelar. O perigo de dano iminente e irreparável. Discussão sobre a autonomia da função cautelar.

7.2. O poder geral de cautela. Medidas cautelares típicas e atípicas.

Adequação e fungibilidade das medidas cautelares. Medidas cautelares ex officio. Caução e contra-cautela. Cassação, revogação, suspensão, modificação, e substituição das medidas cautelares.

7.3. Ação cautelar. Autonomia e dependência da ação cautelar. Competência. Condições da ação e mérito processual.

8. PROCEDIMENTO CAUTELAR

8.1. Petição inicial. Partes: litisconsórcio e intervenção de terceiros. Pedido cautelar: cumulação de pedidos. Prova no processo cautelar.

8.2. Provimentos cautelares. Liminares e sentença. Meios impugnativos contra as decisões que concedem ou negam medidas cautelares Coisa julgada no processo cautelar.

8.3. Os procedimentos cautelares específicos. Arresto, seqüestro e outros

PROCEDIMENTOS DIDATICOS

Aulas expositivas, seminários.

OBJETIVOS

Proporcionar conhecimento teórico e prático ao aluno. Incentivar a reflexão crítica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA - Processo de Execução

ASSIS, Araken de. Manual do Processo de Execução.

LIEBMAN, Enrico Tullio. Processo de Execução.

MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sergio Cruz. Curso de processo civil – execução. São Paulo: RT.

MARQUES, José Frederico. Manual de Direito Processual Civil.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O Novo Processo Civil Brasileiro.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil.

SILVA, Ovídio Baptista da. Curso de Processo Civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA - Processo Cautelar

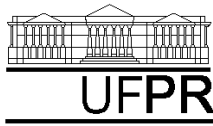
ARAGÃO, Egas Muoiz de. Medidas cautelares inonomadas. IN: Revista Brasileira de Direito Processual. Rio de Janeiro: Forense, v.57.

CUNHA, Alcides A. Munhoz da. A lide cautelar no Código de Processo Civil. Curitiba: Juruá.

CUNHA, Alcides A. Munhoz da. Comentários ao código de processo civil. São Paulo: RT.

LACERDA, Galeno. Comentários ao Código de Processo Civil. Rio de Janeiro : Forense, v.V, t.1.

MARINONI, Luiz Guilherme. Tutela cautelar e tutela antecipatória. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL**

MARINONI, Luiz Guilherme. Efetividade do Processo e tutela de urgência.
Porto Alegre : Fabris.

MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sergio Cruz. Curso de processo civil
– processo cautelar. São Paulo: RT.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. Comentários ao Código de Processo Civil.
São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais. v III.

SILVA, Ovídio Batista da. Ação cautelar inominada. Rio de Janeiro: Forense.

SILVA, Ovídio Batista da. Comentários ao Código de Processo Civil: Processo
cautelar. Porto Alegre : Fabris. v.XI.

SILVA, Ovídio Baptista da. Do processo cautelar. Rio de Janeiro: Forense.